

COGNITIO JURIS – Vol. 2, No. 6 – Dezembro de 2012

Os artigos publicados neste número estão relacionados abaixo, organizados em ordem alfabética.

Cognitio Juris

Ano II – Número 6 – Dezembro de 2012

ISSN 2236-3009



Imagem: Museu Imperial – Petrópolis – Brasil

APRESENTAÇÃO

A revista Cognitio Juris chega à sexta edição fiel ao seu compromisso de abordar e apresentar um saber dogmático jurídico multidisciplinar atual e engajado com as transformações sociais mais relevantes do nosso tempo e, segundo Tércio Sampaio Ferraz Junior, possibilitar que esse conhecimento jurídico ofereça formas para a decisão dos conflitos decorrentes do viver em sociedade.

Afirmar que a doutrina jurídica não pode estar desconectada das transformações sociais é algo tão pueril como a afirmação em si. O que é relevante é a forma como ela se posiciona diante de tais transformações, o viés a ser adotado. A ordem jurídica constitucional da maioria dos países ocidentais erigiu os direitos fundamentais como sua base. O Brasil inclui-se nesta leva, acrescentando como outra pedra de toque de sua ordem constitucional o princípio da dignidade da pessoa humana.

O viés dos direitos fundamentais e da dignidade da pessoa humana é, portanto, a opção do modelo constitucional brasileiro e revela eloquentemente para o doutrinador a instrumentalidade do direito, ou seja, o direito como de meio de tutela e garantia do valor da pessoa humana sobre todos os demais valores e não o inverso. É com este fundamento constitucional que o conhecimento jurídico oferecido e abordado na Cognitio Juris se lastreia e se propõe.

Vivemos tempos em que as estruturas sociais, influenciadas por inúmeras variantes, entre elas uma forte economia de mercado, desumanizam as relações e as pessoas. Vivemos, segundo Zygmunt Bauman, numa modernidade líquida, assim caracterizada em razão da volatilidade e facilidade com que os líquidos mudam de forma, e, por conta desta natureza, de não se solidificarem.

A dogmática jurídica, o cognitio juris, não pode ser líquido, segundo esta concepção de Bauman, mas sim ter como bases sólidas os direitos fundamentais e a dignidade da pessoa humana, associadas à busca dos meios que assegurem a sua

efetividade, para impedir, como alerta Bobbio “que, apesar das solenes declarações, eles sejam continuamente violados.” Estes devem ser os fundamentos do saber jurídico e de toda a sua construção teórica. Esta é a meta da revista Cognitio Juris, que nesta sexta edição apresenta artigos dos mais variados ramos do direito, todos com esta preocupação inarredável de contribuir com a construção de um saber jurídico engajado com o homem e sua valorização.

Paulo Antonio Maia e Silva

Membro do Conselho Científico e Editorial

ATENÇÃO: O acesso e leitura de todos os artigos publicados na Revista Cognitio Juris é, sempre foi e sempre será, inteiramente aberto e gratuito. Entretanto, momentaneamente, o site da Revista Cognitio Juris está passando por várias atualizações e reformas internas, o que pode causar a indisponibilidade temporária das páginas mais antigas. Estamos trabalhando incansavelmente para atualizar e modernizar essas páginas o mais rápido possível. Assim que os trabalhos de manutenção forem finalizados, o acesso e leitura de todas as páginas antigas serão restabelecidos.

ARTIGOS

A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO APÓS A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45: RELAÇÃO DE TRABALHO x RELAÇÃO DE CONSUMO – *Markus Samuel Leite Norat* – Ano II – Número 6 – Dezembro 2012

A REPRODUÇÃO ASSISTIDA POST MORTEM E O DIREITO SUCESSÓRIO – *Maíra Soalheiro Grade; Antonio Rediver Guizzo* – Ano II – Número 6 – Dezembro 2012

A TEORIA DA PERDA DA CHANCE E SUA (IN)APLICAÇÃO NOS FATOS OCORRIDOS DURANTE O REGIME DE EXCEÇÃO BRASILEIRO – *Luiz Henrique Menegon Dutra* – Ano II –

Número 6 - Dezembro 2012

CONSUMIDOR E O NOVO CÓDIGO PENAL - *José Geraldo Brito Filomeno - Ano II - Número 6 - Dezembro 2012*

DO AMBIENTE DE TRABALHO CRIATIVO COMO FORMA DE PREVENÇÃO DE PSICOPATOLOGIAS DO TRABALHO - *Lina Andrea Santarosa Mussi; Lourival José de Oliveira - Ano II - Número 6 - Dezembro 2012*

EL TRATAMIENTO FISCAL DEL FIDEICOMISO EN EL ORDENAMIENTO JURÍDICO BRASILEIRO - *Rodolfo Rubén Salassa Boix - Ano II - Número 6 - Dezembro 2012*

LA INTERVENCIÓN NOTARIAL EN LA TRANSMISIÓN MORTIS CAUSA DE LOS DERECHOS DE AUTOR - *Jorge Luis Ordelin Font; Raúl Jose Vega Cardona - Ano II - Número 6 - Dezembro 2012*

LAS LEYES BÁSICAS Y EL MITO DE LA REVOLUCIÓN CONSTITUCIONAL EN ISRAEL - *Yanitza Giraldo Restrepo - Ano II - Número 6 - Dezembro 2012*

LIBERDADES E DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO - *João Batista Vasconcelos - Ano II - Número 6 - Dezembro 2012*

O TELETRABALHO NO DIREITO DO TRABALHO BRASILEIRO - *Paulo Antonio Maia e Silva - Ano II - Número 6 - Dezembro 2012*

RECEPCIÓN DEL PRINCIPIO DEL INTERÉS SUPERIOR DEL NIÑO EN EL AMBITO INTERNACIONAL - *Paula Costanza Sardegna - Ano II - Número 6 - Dezembro 2012*

A Revista Cognitio Juris não se responsabiliza pelos ideários, conceitos, apreciações, julgamentos, opiniões e considerações lançados nos textos dos artigos. Os textos são de

inteira e exclusiva responsabilidade de seus autores.